

CNPJ 70.133.764/0001-30
Fund. de Defesa dos Direitos Humanos
Margarida Maria Alves
Rua Irineu Joffily, 185 - Centro
CEP 58011-110
João Pessoa - PB

Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)

Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos
IEVE - Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado

2ª edição revista, ampliada e atualizada

IEVE INSTITUTO DE ESTUDOS
SOBRE A VIOLÊNCIA
DO ESTADO

imprensaoficial

São Paulo, 2009



Governador JOSÉ SERRA

Imprensa Oficial

IMPrensa OFICIAL DO
ESTADO DE SÃO PAULO

Diretor-presidente

HUBERT ALQUÉRES

Diretor Industrial

TEIJI TOMIOKA

Diretor Financeiro

CLODOALDO PELISSONI

Diretora de Gestão de Negócios

LUCIA MARIA DAL MEDICO

IEVE

INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE
A VIOLÊNCIA DO ESTADO

Presidente

CRIMÉIA ALICE SCHMIDT DE ALMEIDA

Vice-presidente

IVAN AKSEL RUD DE SEIXAS

Secretária

JANAINA DE ALMEIDA TELES

Tesoureira

LAURA PETIT

[...] não se pode furtar as informações da literatura especializada sobre o assunto, que dão plena conta de que a tortura e as demais sistemáticas e massivas violações dos direitos humanos na época da ditadura militar, praticadas pela cooperação de organismos e servidores do Estado e da União, eram regra na prisão.

Em seu voto, citou o relatório *A Tortura e o Estado Democrático de Direito*, da Comissão Especial do Estado de São Paulo, que cuidou de indenizações de presos torturados, após a observação de quase mil casos julgados, em que está registrado:

A Comissão, com base na experiência de seus membros, nos depoimentos colhidos e atenta à história do período da ditadura militar, deliberou presumir tortura sempre que a prisão (por razões políticas) houvesse ocorrido em dependências da polícia política.

Entendeu-se assim porque era lícito supor que quem, nas condições acima descritas, ali depôs ou foi submetido à tortura, como em inúmeros casos foi denunciado, ou sofreu psicologicamente com a mera possibilidade de ocorrência de tratamento cruel e degradante. Tudo como definido nas convenções da ONU e da OEA.

Em relação aos efeitos da tortura, o relatório observa que:

[...] a experiência de convivência com pessoas torturadas no regime militar, na época referida na lei reparadora, leva à conclusão que esse tipo de trauma sempre provoca transtornos psicológicos de maior ou menor intensidade. A violência física e a violência psicológica são irreparáveis. A tortura é uma marca que não sai. [...]

Em Brasil Nunca Mais – um relato para a História, ao lado da documentação das várias formas de tortura, dos vícios dos processos judiciais nas auditorias militares, estão claramente elencadas as conseqüências dessa prática hedionda, as marcas que deixa, os impactos sobre a personalidade. [...] O Conselho Regional de Medicina e o IMESC, atendendo a pedido de parecer desta comissão, consideraram como axioma que “todo indivíduo que tenha sofrido qualquer tipo de tortura, apresentará algum dano, posto que se tornou um torturado”.

Assim, o relator considerou “perfeitamente coerente e razoável entender verificada a clara vinculação entre o evento morte por suicídio e a prisão anterior por motivos políticos, com os constrangimentos inerentes, entre eles as publicações do suposto arrependimento”.

Seu caso foi aprovado por unanimidade pela CEMDP em 22 de abril de 2004.

Documentos consultados:
Caso 012/02, na CEMDP.

1983

Margarida Maria Alves

Nasceu em 5 de agosto de 1943 em Alagoa Grande (PB). Morta por um jagunço a mando de latifundiários da região, em 12 de agosto de 1983.

Filha mais nova de uma família de nove irmãos, trabalhadora rural, rendeira, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (PB), primeira mulher a ocupar um cargo desse tipo no estado, foi uma das fundadoras do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, cuja finalidade é, até hoje, contribuir no processo de construção de um modelo de desenvolvimento rural e urbano sustentável a partir do fortalecimento da agricultura familiar.

Destacou-se pela defesa dos direitos dos trabalhadores sem terra, pelo registro em carteira dos trabalhadores, pela jornada de trabalho de oito horas, pelo 13º salário e férias, entre outros direitos.

Em sua gestão de 12 anos foram movidas mais de 600 ações trabalhistas contra os usineiros e senhores de engenho da região. Com o surgimento do Plano Nacional de Reforma Agrária, os latifundiários intensificaram a violência no campo. Sua atuação no sindicato entrou em choque, portanto, com os fortes interesses econômicos do proprietário da maior



usina de açúcar local, a Usina Tanques, de alguns senhores de engenho, remanescentes do período em que os engenhos dominavam fortemente a economia açucareira local e estadual, e de alguns outros fazendeiros não ligados à lavoura da cana.

O proprietário da Usina Tanques era o líder do chamado Grupo da Várzea e o seu genro, então gerente da usina, foi acusado de ser o mandante do assassinato de Margarida Maria Alves em 12 de agosto de 1983. Ela foi assassinada por um pistoleiro de aluguel, na frente de sua casa, com uma escopeta calibre 12. O tiro certeiro a atingiu no rosto, deformando sua face. No momento do disparo, ela estava ao lado do marido e do filho. O tiro foi disparado por um homem encapuzado que fugiu em um Opala vermelho, no qual outras duas pessoas o esperavam. Na época de sua morte, Margarida movia 72 ações trabalhistas contra fazendeiros. Os mandantes faziam parte do Grupo da Várzea, composto por 60 fazendeiros, três deputados e 50 prefeitos. O delegado da região identificou o criminoso, mas não conseguiu prendê-lo. Entre os autores do crime, estavam o soldado da PM Betâneo Carneiro dos Santos, os irmãos e pistoleiros Amauri José do Rego e Amaro José do Rego, e Biu Genésio, motorista do veículo utilizado para o crime e morto em janeiro de 1986 como "queima de arquivo". Agnaldo Veloso Borges, José Buarque de Gusmão e Antônio Carlos Coutinho Regis também estavam envolvidos nos conflitos na região.

Esse foi considerado um crime político que comoveu não só a opinião pública local e estadual, como também nacional e internacional, com ampla repercussão em organismos políticos de defesa dos direitos humanos, tanto nacionais como internacionais.

Severino, seu marido, afirmou: "*ela era uma mulher sem medo, que denunciava as injustiças*".

Margarida dizia que "*é melhor morrer na luta do que morrer de fome*" e, por isso, é considerada um símbolo na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais.

Em julho de 1988, o pecuarista Antônio Carlos Coutinho Reis foi absolvido da acusação de mandante do crime. Um novo inquérito foi instaurado, mas, entre idas e vindas da justiça, os julgamentos foram sendo adiados sucessivamente. Durante esses anos, alguns dos acusados morreram, outros foram presos por outros crimes e, no caso de Margarida, a impunidade foi mais forte.

Em 1984, foi lançado o filme *Margarida Sempre Viva*, produzido pelo Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru) e PL Produções Visuais Ltda., do Recife.

Sua luta continua sendo referência e o dia 12 de agosto, dia em que foi assassinada, tornou-se o "Dia Nacional de Luta contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária". As trabalhadoras rurais de todo o país realizam há vários anos a *Marcha das Margaridas*, em defesa da reforma agrária e dos demais direitos de trabalhadoras e trabalhadores rurais.

Recebeu, postumamente, o prêmio Pax Christi Internacional em 1988. Em 1994, foi criada pela Arquidiocese da Paraíba a Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves. Também foi homenageada com a Medalha Chico Mendes de Resistência, em 2002, pelo GTNM/RJ.

Não foi encaminhado pedido de reparação à CEMDP.

1985

Gustavo Buarque Schiller

Nasceu em 19 de novembro de 1950, no Rio de Janeiro (RJ), filho de Sylvio Brandon Schiller e Yedda de Paula Buarque Schiller. Suicidou-se em 22 de setembro de 1985. Militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

Era casado com Lúcia Souza da Rocha e tinha uma filha, Joana, que à época de sua morte tinha 1 ano e 8 meses de idade.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

http://www.camara.gov.br/aldorebela/bonifacio/agricultura/biografia_mma.htm

http://pt.wikipedia.org/wiki/Margarida_Maria_Alves

<http://www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=1499&eid=167>

